



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ATA Nº 08/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

Aos vinte oito dias do mês de julho de 2020, a CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO, CNPJ 18.366.963/0001-79, Inscrição Estadual: Isento, com sede administrativa na Avenida Queiroz Júnior, nº 639, Bairro Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450.000, telefone: (31) 3561-1599, representada pelo Presidente, Vereador RENÊ AMÉRICO DA SILVA, portador do CPF nº 064.117.446-29 e da Carteira de Identidade nº MG-13.399.914, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado em Itabirito/MG, consoante Decretos 11.321/2017, 11.363/2017 e 11.981/2018 nos termos das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela lei complementar 147/2014, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal no 8949/2010, alterado pelos Decretos Municipais 7971/2007 e 9345/2011 e das demais normas legais aplicáveis e pelas demais condições fixadas no Edital, em face da classificação das propostas apresentadas no **Processo Licitatório nº 08/2020 - Pregão Presencial nº 08/2020 para Registro de Preços nº 05/2020, RESOLVE registrar preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para atender a Câmara Municipal de Itabirito.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para atender a Câmara Municipal de Itabirito.**

Os preços das empresas classificadas e as especificações registradas na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: Farid Varejo Ltda
CNPJ: 28.481.219/0001-79

	UNID.	QTD	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR	VALOR TOTAL
1	UNID	300	Achocolatado em pó instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, aroma natural de chocolate, sem corantes artificiais, sem glúten. Embalagem: pacote de 400g - marca referência Toddy, Nescau ou de qualidade equivalente ou superior.	NESCAU	R\$ 5,55	R\$ 1.665,00
2	PCT	200	Açúcar tipo cristal	VIVAÇUCAR	R\$ 9,50	R\$ 1.900,00

Página 1 de 7



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

			branco, puro e natural. Pacote de 5 Kg.			
3	UNID	30	Adoçante líquido dietético a base de sucralose. Embalagem de no mínimo 65ml - marca referência Linea, Finn ou de qualidade equivalente ou superior.	FINN	R\$ 7,42	R\$ 222,60
4	UNID	400	Água Mineral com gás, garrafa de 500 ml.	AGUAÍ	R\$ 1,28	R\$ 512,00
5	UNID	800	Água Mineral sem gás, garrafa de 500 ml.	AGUAÍ	R\$ 0,89	R\$ 712,00
6	PCT	20	Bala Toffee sabores diversos. Pacote de 650g- marca referencia Arco, Erlan ou de qualidade equivalente ou superior.	ERLAN TOFEE	R\$ 11,12	R\$ 222,40
7	PCT	700	Biscoito tipo Salpet pacote 200g - marca referência Aymoré, Bauducco ou de qualidade equivalente ou superior.	AYMORE SALPETE	R\$ 2,28	R\$ 1.596,00
8	PCT	500	Biscoito tipo Maria. Pacote 200g - marca referência Aymoré, Bauducco ou de qualidade equivalente ou superior.	MARIA AYMORE	R\$ 1,98	R\$ 990,00
10	PCT	800	Café tradicional, torrado e moído (moagem fina, torra média), Pacote de 500g - marca de referência Três Corações, Mellita, Pilão ou de qualidade equivalente ou superior.	MELLITA	R\$ 7,98	R\$ 6.384,00
11	UNID	100	Chá Mate natural, tostado, a granel - Embalagem de 250g. Marca de referência: Leão, Oetker, ou de qualidade equivalente ou superior.	LEÃO	R\$ 6,30	R\$ 630,00
12	UNID	500	Leite desnatado longa vida. Embalagem de 1L – com SIF. marca referência Parmalat, Cemil, Cotochés, Itambé, Porto Alegre ou de qualidade equivalente ou superior.	PORTO ALEGRE	R\$ 3,21	R\$ 1.605,00
13	UNID	1500	Leite integral longa vida. Embalagem de 1L – com SIF. marca referência Parmalat, Cemil, Cotochés,	PORTO ALEGRE	R\$ 3,21	R\$ 4.815,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

			Itambé, Porto Alegre ou de qualidade equivalente ou superior.			
14	UNID	500	Manteiga com sal. Embalagem 200g - Registro no SIF - Marca referência Itambé, Qualy, Ita, Tirolez, Porto Alegre ou de qualidade equivalente ou superior.	ITAMBÉ	R\$ 7,87	R\$ 3.935,00
15	UNID	250	Refrigerante lata sabor Laranja - embalagem 350ml	SUKITA	R\$ 1,98	R\$ 495,00
16	UNID	250	Refrigerante lata sabor Limão - embalagem 350ml	SODA	R\$ 1,98	R\$ 495,00
17	UNID	400	Refrigerante lata sabor Cola - embalagem 350ml	PEPSI	R\$ 1,92	R\$ 768,00
19	UNID	100	Suco sabor Uva, pronto para beber, mínimo de 75% de suco - caixa 1L - marca referência Del Valle, Do Bem ou de qualidade equivalente ou superior.	DEL VALLE	R\$ 5,98	R\$ 598,00
20	UNID	600	Água mineral natural, acondicionada em embalagem retornável - galão de 20 litros, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade de 12 (doze) meses.	INGÁ	R\$ 11,90	R\$ 7.140,00
25	CX	300	Filtro de papel nº103 - caixa com 30 unidades	BRIGITTA	R\$ 2,30	R\$ 690,00
35	UNID	10	Escova para lavar roupa, em material plástico e cerdas de nylon.	BRUBA LAR	R\$ 1,60	R\$ 16,00
48	EMBL	2500	Papel higiênico folha Dupla, branca, picotada, neutro, rolo com 30m x 10 cm - embalagem com 4 unidades. Marca referência Neve, Personal, Mili Dual, Tenderlyou ou de qualidade equivalente ou superior	TENDERLY	R\$ 5,30	R\$ 13.250,00
67	UNID	10	Escova de Lavar Garrafa, em Nylon, medida aproximada 35cm	PAISE FILHOS	R\$ 16,90	R\$ 169,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Valor Global: 48.810,00 (quarenta oito mil oitocentos e dez reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – Da validade do Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, tendo início a partir da respectiva assinatura e publicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Gerenciamento Da Ata De Registro De Preços

O gerenciamento deste instrumento caberá ao servidor Dioji Luis Guiomar Matsumura.

CLÁUSULA QUARTA - Da Utilização Da Ata De Registro De Preços

Será usuária do Registro de Preços a Câmara Municipal de Itabirito/MG admitindo-se, no entanto, Adesão a Ata por outros entes da Administração Pública, desde que previamente autorizado pelo poder legislativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Itabirito, a firmarem as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de prestação em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – Do Fornecimento

O Fornecimento deverá ter início após a assinatura do respectivo instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os fornecedores descritos na cláusula primeira desta Ata obrigam-se ao fornecimento dos itens dos quais se lograram vencedores, consoante especificações dos Anexos I e II do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – Do Pagamento

O pagamento será realizado até o décimo dia após a apresentação da Nota Fiscal e do comprovante de fornecimento, devidamente conferido e assinado pelo responsável pela fiscalização.

Em caso de eventual atraso no pagamento por parte da Câmara Municipal, serão observadas as normas constantes da Lei de Licitações.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

Para qualquer alteração nos dados da empresa, a Contratada deverá comunicar ao Contratante por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 15 (quinze) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

A contratada deverá apresentar junto à nota fiscal cópia dos seguintes documentos: Certidões de Regularidade municipal, estadual, federal/INSS Unificada, trabalhista e CRF-FGTS.

Em caso de irregularidade da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizada(s).



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CLÁUSULA SÉTIMA – Das penalidades

Pela recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação;

A penalidade prevista no subitem acima não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas nesse Edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

a- Até 05 (cinco) dias - multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

b- Superior a 05 (cinco) dias - multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

c- Pela inexecução total ou parcial do contrato - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor das parcelas vincendas;

- Advertência;

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que o convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

As sanções de multa poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

As Multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos devidos à contratada. Na hipótese de não haver crédito suficiente à Contratada para quitar o valor total da multa, a diferença será cobrada mediante guia a ser emitida para este fim, ou por via judicial.

O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

CLÁUSULA OITAVA - Dos Reajustamentos De Preços

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços

praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e da cotação vigente à época.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - Do Cancelamento De Registro De Preços

O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

Pelo CONTRATANTE:

- A Contratada deixar de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- A Contratada não atender à convocação para firmar Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- A Contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;
- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do Registro de Preços;
- Quando, por força de fusão ou incorporação da CONTRATADA, bem como associação com terceiros, cessão da posição contratual, cisão, não for comunicado ao CONTRATANTE até 05 (cinco) dias úteis dos respectivos atos, devidamente registrados;
- Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado e a Contratada se recusar a baixá-los.
- Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado, conforme inciso XII do artigo 78 da Lei 8666/93.
- Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.
- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Contratada, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo Registro, considerando-se cancelado o registro na data da



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

publicação na imprensa oficial.

Pela CONTRATADA:

- Mediante solicitação por escrito, aceita motivadamente pela Administração, a Contratada deverá comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.
- A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.
- A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, faculta à Administração, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA- Das disposições finais

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 008/2020 e seus respectivos anexos, bem como as propostas dos licitantes descritos nesta.

As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Itabirito/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Itabirito, MG, em 28 de julho de 2020.

Presidente da Câmara Municipal de Itabirito

Gestor da Ata

Fornecedor